**O impacto do SISU no perfil dos estudantes ingressantes nas Instituições Públicas Brasileiras: uma análise para o período entre 2009 e 2022**

Luísa Gisele Böck[[1]](#footnote-1)

Dieison Lenon Casagrande[[2]](#footnote-2)

**Resumo**

Desde 2010, com o objetivo de democratizar o acesso às instituições públicas de ensino superior, foi implementado o Sistema de Seleção Unificada (SISU), uma plataforma de admissão centralizada, onde as instituições federais e estaduais de todo o país oferecem suas vagas e os alunos se candidatam a essas vagas. O objetivo deste trabalho é investigar se, e como, a implementação do SISU promoveu alterações nas características de perfil dos alunos ingressantes nas instituições públicas gratuitas de ensino superior do Brasil, entre o período de 2010 a 2022. Para isso, foi empregado o método de Diferenças em Diferenças escalonado. Os resultados obtidos mostram que após a adoção do SISU, os cursos apresentaram uma queda na proporção de estudantes do sexo feminino, de jovens com até 17 anos e de adulto com idade entre 25 e 29 anos. Em contrapartida, ocorreu um aumento na porção de ingressantes com idade entre 18 e 24 anos, de não-brancos, de deficientes, de alunos que concluíram o ensino médio em escola pública e de estudantes que recebem algum tipo de apoio social.

**Palavras-chave:** Democratização. Educação. Ensino superior. Inclusão.

**Abstract**

Since 2010, with the aim of democratizing access to public higher education institutions, the Unified Selection System (SISU) has been implemented, a centralized admission platform where federal and state institutions throughout the country offer their slots, and students apply for these positions. The purpose of this study is to investigate whether and how the implementation of SISU has brought about changes in the profile characteristics of students entering free public higher education institutions in Brazil, between the years 2010 and 2022. To achieve this, the staggered Differences in Differences method was employed. The results obtained indicate that after the adoption of SISU, courses experienced a decrease in the proportion of female students, young individuals aged up to 17, and adults aged between 25 and 29. Conversely, there was an increase in the proportion of entrants aged between 18 and 24, non-white individuals, persons with disabilities, students who completed high school in public schools, and those who receive some form of social support.

**Keywords:** Democratization. Education. Higher education. Inclusion.

**JEL Code:**

**Área 7:** Microeconomia e Organização Industrial

# Introdução

O Brasil é considerado um dos países mais desiguais do mundo. Segundo dados do Banco Mundial (2019), o país ocupava uma das últimas posições no ranking que mensura a desigualdade social, atrás, inclusive, de seus vizinhos sul-americanos. Historicamente, é possível perceber essa desigualdade no acesso ao ensino superior, mais acessível, em especial, para os estratos sociais mais privilegiados (Mello, 2022; Senkevics; Mello, 2019; Zeidan *et al.*, 2023). Essa barreira ao acesso universitário enfrentada pelas camadas sociais mais pobres contribui para a manutenção da desigualdade de renda e para a redução da mobilidade social (Mello, 2022).

A percepção de que o acesso desigual à universidade pode estar contribuindo para oportunidades desiguais e para o aumento das desigualdades levou a implementação de políticas de ação afirmativa nas instituições de ensino, a fim de mitigar a desigualdade no acesso, no desempenho e na graduação dos alunos (Estevan; Gall; Morin, 2019; Mello, 2023; Senkevics; Mello, 2019). Tais ações iniciaram na década de 1990, com a ampliação do número de vagas e de matrículas em instituições de ensino superior federais. Em 1990, eram 308.867 alunos matriculados; número que passou para 482.750 no ano 2000; ampliou para 938.656 em 2010; culminando com 1.344.835 matrículas em 2022 (Corbucci, 1999; INEP, 2001, 2012, 2023).

Desde os anos 2000, o governo federal adotou medidas centralizadoras que intensificaram a expansão do ensino público superior no Brasil. Em 2009, o Ministério da Educação (MEC) implementou uma reformulação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tornando-o mais rigoroso com o objetivo de potencializar sua utilização nos processos de ingresso às Instituições de Ensino Superior (IES) do país. E, em janeiro de 2010, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), uma plataforma *on-line* que aloca os alunos para as instituições públicas, usando a nota do ENEM como métrica para a classificação dos candidatos, foi implementado exclusivamente para as instituições públicas e gratuitas (Machado; Szerman, 2021; Monteiro; Mazoto; Cunha, 2016).

Até então, o sistema de ingresso a uma universidade era completamente descentralizado. Os alunos se inscreviam diretamente em cada instituição e realizaram uma prova específica, o vestibular. Mediante o pagamento de uma taxa de inscrição para cada exame, os candidatos poderiam se inscrever em quantas instituições tivessem interesse, contando que as datas e os horários das provas não coincidissem. Embora o SISU estivesse disponível para todas as instituições públicas federais e estaduais, sua adoção não era obrigatória. Cada entidade poderia decidir de qual forma ofereceria suas vagas (através do SISU e/ou através do vestibular) e quantas destas vagas seriam destinadas para cada graduação (Machado; Szerman, 2021).

Segundo Monteiro, Mazoto e Cunha (2016), as mudanças realizadas no ENEM e a sua consequente adoção como forma de seleção unificada, juntamente com os outros programas implementados pelo governo federal[[3]](#footnote-3), deveriam contribuir para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (ou IES?), possibilitando o desenvolvimento social e a redistribuição do capital. Tal democratização pode ser justificada pelo pressuposto de que o investimento em educação gera mão-de-obra qualificada, elevando a renda e, consequentemente, ocasionando o crescimento econômico do país (Monteiro; Mazoto; Cunha, 2016).

O acesso à educação, especialmente a educação de qualidade, é um dos canais mais importantes da formação de pessoas com acesso ao conhecimento, gerando mão-de-obra de qualidade e resultando no crescimento econômico da país (Jia; Li, 2017; Monteiro; Mazoto; Cunha, 2016). As mudanças executadas pelo Ministério da Educação procuram contribuir para uma maior democratização de oportunidades ao acesso às vagas oferecidas no ensino superior, possibilitando o desenvolvimento social e a redistribuição de renda (Monteiro; Mazoto; Cunha, 2016).

Apesar da implementação do SISU já ter ocorrido há mais de uma década e de ser, atualmente, o principal instrumento de ingresso nas instituições públicas federais e estaduais do país, ainda há poucos estudos e materiais referentes aos impactos gerados nos perfis dos estudantes ingressantes. Tais impactos são, por sua vez, importantes para a avaliação dos efeitos e das consequências que tal política proporciona, a fim de fomentar discussões e decisões na intenção de melhorar o programa, ou até mesmo, decidir sobre a sua continuidade ou interrupção (Pires, 2019).

O presente trabalho tem como propósito investigar se, e como, a implementação do SISU promoveu alterações nas características de perfil dos alunos ingressantes nas instituições públicas gratuitas de ensino superior do Brasil, entre o período de 2009 a 2022. Tais características dizem respeito ao gênero, a idade e a cor/raça dos alunos ingressos. Também será verificado se ocorreu aumento ou redução no ingresso de alunos com algum grau de deficiência e/ou superdotação, de alunos que concluíram o ensino médio em escola pública e de alunos que necessitam de algum apoio social, depois da aplicação do sistema de ingresso centralizado.

Este artigo está dividido em 7 seções, incluindo esta introdução. A seção 2 apresenta um *background* institucional sobre a expansão do ensino superior brasileiro e, especialmente, sobre a implementação do SISU. A seção 3 expõe uma breve revisão bibliográfica. A seção 4 apresenta os dados que serão utilizados para as análises estatísticas e econométricas, bem como suas variáveis dependentes e estatísticas descritivas. A seção 5 trata sobre os modelos econométricos que serão utilizados. A seção 6 apresenta os resultados encontrados e as discussões relacionadas ao tema. Por fim, a seção 7 dedica-se às conclusões.

# *Background* institucional

1. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). [↑](#footnote-ref-1)
2. Professor no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). [↑](#footnote-ref-2)
3. O REUNI, instituído em 2007 e concluído em 2012, tinha como objetivo ampliar o acesso a educação superior através da expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades federais; e o PROUNI, criado em 2004 e oficializado em 2005, é uma iniciativa do governo federal para facilitar o acesso de alunos de baixa renda ao ensino superior, oferecendo bolsas de estudos parciais (50%) e integrais em faculdades particulares. [↑](#footnote-ref-3)